



A cobertura midiática das políticas ambientais: análise quantitativa do jornal *O Estado de S.Paulo*¹

Katarini Giroldo Miguel²

Aluna regular do programa de Mestrado em Comunicação Midiática da Universidade Estadual Paulista (Unesp), campus de Bauru

Resumo

O presente trabalho identifica as principais características da construção jornalística na cobertura das políticas ambientais, através de uma sistemática análise quantitativa do jornal impresso *O Estado de S.Paulo*, durante o ano de 2007. Foram quantificadas todas as publicações de caráter noticioso, diretamente relacionadas à política ambiental do Brasil no período de 10 meses – fevereiro a novembro, e devidamente classificadas por datas, títulos, editorias, temas, constância de fotos, infográficos e chamadas de capa e fontes de informação, o que propiciou avaliar a abrangência da cobertura jornalística nesta temática e a frequência de certos indicativos, que revelam o perfil editorial do jornal. O trabalho se baseia na Análise de Conteúdo, estudada por Bardin (1977), que contempla estudos quantitativos.

Palavras-chave

Meio ambiente, Comunicação, Análise quantitativa

Introdução

A temática ambiental é hoje freqüente e abundante nos veículos de comunicação, sendo protagonista de amplas reportagens e coberturas e, nesse sentido, mostra-se como um importante campo de estudos e pesquisas para compreender as relações e as significações entre sociedade, meio ambiente e cultura midiática. O presente artigo é parte de uma dissertação de mestrado, que se propôs a avaliar o tratamento da informação ambiental - através de análise quantitativa e qualitativa, identificando as características da imprensa contemporânea na cobertura diária dos fenômenos ambientais, a partir da análise do jornal impresso *O Estado de S.Paulo*.

¹ Trabalho apresentado à Divisão Temática de Estudos Interdisciplinares, Grupo de Pesquisa Comunicação, Ciência, Meio Ambiente e Sociedade - XXXII Intercom – Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação

² A autora é bacharel em comunicação social, com habilitação em jornalismo. Coursou extensão em jornalismo científico no Labjor/ Unicamp. É coordenadora do programa de comunicação do Instituto Ambiental Vidágua e aluna do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Midiática, nível mestrado, pela Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação da Unesp, campus de Bauru, já qualificada para a defesa da dissertação. (k-miguel@uol.com.br)



Será apresentada aqui a análise quantitativa realizada com o referido jornal, em um período que abrangeu 10 meses, resultando na categorização de 774 matérias, devidamente classificadas por datas, títulos, editorias, temas, frequência de fotos, infográficos e chamadas de capa, além de fontes de informação. Para nortear a análise foi utilizada a metodologia da Análise de Conteúdo, estudada por Bardin (1977) com a contribuição de Fonseca Junior (2008), que contempla estudos quantitativos para avaliar a frequência de certas características no conteúdo.

Vale ressaltar que a quantificação é uma estratégia bastante consubstancial para compreender o panorama que se pretende estudar, uma vez que permite uma descrição objetiva do cenário e o entendimento do contexto. A partir do levantamento de elementos do texto jornalístico, tais como títulos, editorias, fontes de informação, por exemplo, é possível entender o tratamento dado às matérias e o enfoque preferencial do jornal em questão. A técnica, segundo Bardin (1977) proporciona a ultrapassagem da incerteza e o enriquecimento da leitura de tentativa exploratória, precedida por um tratamento descritivo que vai guiar os procedimentos e findar-se na interpretação do material, a partir de inferências, que podem responder a questões importantes.

Os textos que compõem a análise são da categoria denominada informativa, gêneros noticioso, factual, incluindo questões de serviço, entrevista e reportagem, ou seja, trata-se do discurso sobre um acontecimento recente, feito a partir de relatos e citações. Estes textos, segundo Sousa (2004) são caracterizados pela objetividade, utilização de declarações, lead com pirâmide invertida (informações principais no primeiro parágrafo), mas não excluem os aspectos interpretativos.

Para Melo (1994) os gêneros e categorias atendem as necessidades mercadológicas e políticas, mas também estruturam e sistematizam a prática jornalística. As duas categorias fundamentais - opinativa e informativa - se diferenciam basicamente pela opinião explícita ou não dentro do texto. Os gêneros são as modalidades de relato, que os jornalistas utilizam “para discernir a natureza da sua prática profissional” (MELO, 1994, p.37). Vários autores discutem como se dá esta divisão, mas na presente classificação optou-se pela categorização do jornalismo informativo feita por Melo (1994) incluindo Nota, Notícia Reportagem e Entrevista, e também a foto-legenda, notada durante a quantificação.

Mas a separação entre um gênero e outro não é exata, ocorrem muitos inter cruzamentos, e esta pesquisa utiliza desta classificação com o propósito de



conhecer a importância dada ao assunto – se mereceram nota, matéria ou ampla reportagem, por exemplo. Chaparro (2008) não acredita na separação entre opinião e informação no jornalismo, e propõe pensar a questão dos gêneros sob outra perspectiva. Para o autor (2008), sem intervenção valorativa não há ação jornalística. Desde o recolhimento da notícia, análise e organização dos dados, escolha das fontes, é necessário um exercício da capacidade opinativa.. Nesse sentido, o autor avalia os gêneros como formas de discurso, compostos por esquemas narrativos para relato da atualidade e esquemas argumentativos para comentário da atualidade. Partindo desta classificação, a presente pesquisa trabalha com o gênero relato da atualidade, sem, contudo, considerar a coluna por não se enquadrar no tipo de informação que se busca e por ser um gênero híbrido, segundo o próprio autor.

Vale frisar que as divisões se dão, muitas vezes, no ambiente e competência da prática jornalística, e não nos livros. Portanto, esta sistematização dos textos do jornal *O Estado de S.Paulo*, busca tão somente avaliar a abrangência da cobertura jornalística sobre meio ambiente no período analisado, sem entrar no mérito da classificação.

1. Entendendo o contexto: *O Estado de S.Paulo*

A análise de um determinado veículo de comunicação deve pressupor um levantamento de dados para compreender seu papel dentro da indústria da comunicação, qual sua trajetória, público alvo, tiragem e outras características que podem interferir na construção de um texto. Para Sousa (2004) a pesquisa deve incidir não apenas no fenômeno, mas também no seu contexto, tendo em mente o modelo de jornalismo praticado pelo jornal dentro do sistema político e social.

No caso, o jornal analisado - *O Estado de S. Paulo* se enquadra no modelo ocidental de jornalismo, aquele que teoricamente confere maior liberdade aos jornalistas, preza por dados objetivos, análises, interpretação de dados, investigação e crítica sem censura ou ameaça de repressão. Mas Sousa (2004) alerta para as limitações econômicas deste tipo de jornalismo, que atua enquanto indústria dependente dos recursos financeiros oriundos, em sua maioria, da publicidade e propaganda.

O Estado de São Paulo é o mais antigo jornal fundado em São Paulo que ainda permanece em circulação. Foi organizado por grupos republicanos, na Convenção de Itu, com o nome de *A Província*. O primeiro número foi publicado em 4 de janeiro de 1875 declarando tratar-se de um órgão independente. Segundo Schwarcz (1987, p.77) o



jornal não pretendia de início deixar transparecer seus entusiasmos e vínculos com os ideais republicanos, só em 1884 assume uma postura oficialmente republicana, inserindo seções específicas à causa do partido, com artigos explicitamente de defesa à república, chegando a ironizar a família real, com críticas contundentes à monarquia.

Júlio Mesquita assume a direção do jornal um mês depois de proclamada a república, e muda o nome para “*O Estado de S.Paulo*”. Em 1895, a empresa de Mesquita assume o jornal definitivamente.

Atualmente, o jornal, com 134 anos de atuação, é o único, além do Jornal do Brasil, que pode ser considerado influente por um período superior a 100 anos, lembra Chaparro (2007). A tiragem média é de 250 mil exemplares por dia, atendendo um público característico de jornal impresso no Brasil - classe média e média alta. É o quarto em circulação no Brasil e o primeiro na Grande São Paulo. (“*Circulação dos jornais cresceu em 2007*”, *O Estado de S. Paulo*, 28/1/2008, pág. B9)

O jornal impresso suscitou a criação de novos empreendimentos de mídia para o grupo Estado, como a rádio Eldorado (1958), Jornal da Tarde (1966) e a Agência Estado (1970), que foi criada para dar suporte operacional às empresas do grupo, e estabeleceu-se como a maior agência de notícias do país. Em março de 2000, foi lançado o *website* Estadao.com.br, congregando todos os veículos em um único portal.

Vale ressaltar que, indiretamente, *O Estado de S.Paulo* tem uma forte ligação com o ambientalismo no Brasil. Seus dirigentes foram fundadores de uma das maiores ONGs ambientais do país, a Fundação SOS Mata Atlântica, criada em 1986, com o principal objetivo de preservar os remanescentes do bioma atlântico no país. Rodrigo Lara Mesquita, neto do fundador do jornal e um dos criadores da Agência Estado, presidiu a ONG de 1987 a 1991 e ainda é vinculado ao movimento ambiental, fazendo parte do Conselho Consultivo da Fundação.

A exemplo de outros jornais brasileiros, *O Estadão* teve forte influência do modelo jornalístico americano, buscando a separação entre opinião e informação, trabalhando através de editorias específicas. Atualmente, mantém sete editorias diárias, que foram alvo do presente estudo, sendo – *Nacional; Internacional; Vida & Economia/ Economia & Negócios; Cidades/Metrópoles; Esportes e Caderno 2/Cultura*. Os editoriais são colocados religiosamente na página 2, reservando a página 1 para colunistas de peso, charges e cartas dos leitores, que se estendem também pela página 2.



Freqüentemente, edita cadernos especiais sobre temáticas atuais, conferindo um estilo magazine às publicações, priorizando gráficos e imagens.

A opção pelo jornal impresso se dá para avaliar coberturas mais especializadas e trabalhadas, que pressupõem o veículo em papel, ainda que no processo diário de produção da notícia. *O Estado de S.Paulo* apresenta-se como uma mídia tradicional, que desperta confiabilidade em seus públicos e, portanto, exerce grande influência. Além disso, sua ligação com o ambientalismo o torna peculiar para a análise da cobertura ambiental, e sinaliza para uma cobertura mais freqüente e abrangente. É o que se poderá avaliar.

2. O Conjunto da Quantificação

As características do tema ambiental, em especial a interdisciplinaridade, inviabilizam uma classificação rígida dos assuntos, que são constantemente inter-relacionados e, nesse contexto, figuram em diferentes seções do jornal.

A principal dificuldade na quantificação da temática ambiental é justamente buscar uma divisão estratificada, uma vez que meio ambiente é um assunto interdisciplinar que poderia estar inserido em todas as editorias e em diferentes assuntos. Nesse sentido, para metodologicamente cumprir com os objetivos da classificação, foram priorizados os temas diretamente ligados com a política ambiental do Brasil e com o maior destaque e relevância dentro do cenário ambiental, considerados aqui como temas-eixo: Biodiversidade, Biocombustíveis, Aquecimento Global/ Mudanças Climáticas e Geração de Energia. No entanto, assuntos inter-relacionados e periféricos, que foram abordados pelo jornal, tiveram também que ser considerados como recursos hídricos, poluição, lixo, política ambiental, responsabilidade, qualidade de vida e dois assuntos que emergiram no ano de 2007 – transgênicos e transposição do rio São Francisco. Vale ressaltar ainda que o tema é transnacional, portanto, não há como se limitar ao Brasil, mas foram priorizadas pautas referentes, originalmente, ao espaço nacional. Esta flexibilidade é necessária para compor um panorama geral da abordagem do jornal na totalidade dos assuntos relacionados às políticas ambientais.

O período da quantificação se estendeu de 2 de fevereiro a 20 de novembro de 2007, considerando a publicação do primeiro e do último relatório sobre Mudanças Climáticas do IPCC (Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas), órgão da



ONU composto por delegações de cientistas de 130 governos, incluindo o Brasil, para avaliar as causas e conseqüências das mudanças climáticas de maneira sistemática e teoricamente isenta. A última publicação do ano ocorreu em 17 de novembro e a análise se estende até o dia 20 do mesmo mês para avaliar a repercussão do assunto.

As referidas publicações dos relatórios do IPCC são utilizadas como marcos para sistematizar a presente pesquisa, no entanto, o ano de 2007 ofereceu outros elementos, eventos e realizações significativas para o contexto ambiental, que impulsionaram a cobertura do tema.

Foi o Ano Polar Internacional, um programa internacional, desenvolvido pela Organização Meteorológica Mundial, voltado para a realização de pesquisas científicas no Ártico e na Antártica, com o objetivo de compreender as Mudanças Climáticas em diferentes pontos do planeta. O prêmio Nobel da Paz foi dado à causa ambiental, mais especificamente ao IPCC e ao ex-vice-presidente norte americano e militante ambiental Al Gore, que também levou o Oscar de melhor documentário por “Uma verdade inconveniente”, relatando as causas e conseqüências das Mudanças Climáticas.

O ano de 2007 ainda se mostrou extremamente relevante devido as pautas atrativas e alarmantes que geravam curiosidade e boas imagens para os veículos de comunicação. O assunto Mudanças Climáticas/ Aquecimento Global suscitou discussões sobre a necessidade de alternativas aos combustíveis fósseis, colocando em pauta o tema dos biocombustíveis e a produção de etanol. Dentro desse contexto, o presidente norte-americano, George W Bush, visitou o Brasil para selar acordos para a produção de etanol, sob a chancela da preocupação ambiental.

Além disso, a Campanha da Fraternidade da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), com o lema “Fraternidade e Amazônia” colocou em pauta a preservação da Amazônia, gerando discussões ainda mais acirradas sobre o futuro da maior floresta do planeta. Também foi o ano da liberação da comercialização de alimentos transgênicos pela CTNBio (Comissão Técnica Nacional de Biossegurança), e do início da transposição do rio São Francisco, gerando discussões sobre a revitalização dos recursos hídricos.

Os acontecimentos rechearam a imprensa de publicações ambientais, gerando o que se arrisca a denominar como o “boom” da preocupação ambiental. O jornal analisado na presente pesquisa, *O Estado de S. Paulo*, deu ampla cobertura e visibilidade ao tema, que esteve presente em praticamente todas as suas edições durante



os 10 meses analisados. Em determinados dias o jornal trouxe grandes reportagens sobre o assunto, resultando em até 9 matérias sobre a temática em uma única edição (26/08/2007). Foi verificada a ausência do tema ambiental no jornal em apenas 13 dias (4%), em um total de 292 dias contabilizados. Ao todo, foram 774 matérias, em média 77 matérias por mês, três por dia.

Com as quantificações realizadas e codificadas, foi possível realizar a seguinte avaliação:

2.1 Editorias e Chapéus

A divisão em editorias é uma prática corrente no jornalismo impresso e organiza as temáticas específicas de forma a situar o leitor. Rabaça e Barbosa (2001, p.255) definem como “cada uma das seções de uma empresa editorial, de um órgão de imprensa, de uma obra de referência, sob a responsabilidade de um editor especializado”.

No total, foram verificadas 345 publicações sobre o tema ambiental na editoria *Vida &*, quase metade do total (44,57%), 240 no Caderno de *Economia*, Editoria *Economia e Negócios*, perfazendo 31%, 132 em *Nacional* (17,05%), 50 no Caderno *Cidades/ Metrôpole* (6,45%), 5 na editoria *Internacional* (0,64%) e apenas 2 no *Caderno2*, editoria de Cultura (0,25%).

Vale ressaltar aqui a efetiva interdisciplinaridade do tema, que permeou praticamente todas as editorias diárias do jornal *O Estado de S.Paulo*. Com significativa vantagem para a editoria *Vida &*, primeiro caderno, que é onde se concentram matérias relacionadas à qualidade de vida, saúde, biodiversidade, mudanças climáticas/ aquecimento global, transgênicos, além de manter semanalmente a temática Meio Ambiente.

Já a editoria de *Economia*, caderno de *Economia & Negócios*, abriga as matérias referentes às mudanças econômicas nacionais e internacionais, bolsa de valores, cotação financeira e investimentos/ infra-estrutura. Foi neste contexto que o jornal enquadrou temáticas relativas à geração de energia e Biocombustíveis. Traz também a temática semanal *Projetos Sociais*, que trata de temas relacionados, principalmente, à responsabilidade social das empresas, englobando o aspecto ambiental.

Em seguida, está o caderno *Cidades/ Metrôpole Cidades*, que faz a cobertura de temas urbanos, relacionados à violência, polícia, transporte, poluição e infra-estrutura,



focados na realidade do Estado e mais especificamente na região da grande São Paulo. Nesta editoria, foram quantificadas matérias referentes às ocupações irregulares, degradação de córregos e rios e poluição urbana.

A editoria *Nacional*, devido à localização no primeiro caderno e abrangência é a que adquire mais destaque no jornal e mantém as publicações de interesse nacional, que envolvem diretamente a política no âmbito legislativo, executivo e judiciário. Assim, as matérias ambientais enquadradas foram aquelas que tratavam diretamente das deliberações do Ministério do Meio Ambiente e dos procedimentos dos poderes em assuntos envolvendo os temas ambientais.

A editoria *Internacional* cobre assuntos da política internacional e *Caderno 2* a área de cultura, portanto, foram quantificadas as publicações quando se referiam ao escopo da pesquisa, ou seja, estavam diretamente ligadas à questão ambiental brasileira.

Vale ressaltar aqui os enfoques e perfis muito diferenciados entre as editorias *Vida & Economia*, dentro do contexto informativo do jornal. Enquanto as publicações na editoria de *Economia* são aparentemente favoráveis aos transgênicos e vangloriam os Biocombustíveis, *Vida &* prioriza a visão do ambientalista e dá espaço para pesquisadores e diferentes versões. Ainda no caderno de *Economia*, na temática semanal *Projetos Sociais*, que aborda questões relativas à sustentabilidade, gestão e responsabilidade ambiental, a coluna esteve sempre acompanhada por um selo da Coca-Cola social, gerando confusão até mesmo sobre o propósito e idoneidade da matéria. O mesmo caderno apresenta uma quantidade considerável de anúncios e publicidades de empreendedores pregando a construção sustentável, a necessidade de áreas verdes e a qualidade de vida dentro das edificações na cidade de São Paulo.

Os chapéus, também discriminados, geralmente acompanham a editoria, como um elemento gráfico ou recurso técnico, que tematizam a matéria. De acordo com Rabaça e Barbosa (2001) são um antetítulo curto. O recurso está sendo substituído por selos, que trazem a palavra-chave ou frase melhor elaborada graficamente. Devido à variedade deste elemento no jornal analisado não foi possível quantificá-lo.

O recurso do chapéu, na maioria das vezes, identifica para o leitor o tema abordado nas publicações, mas também pode trazer indícios da interpretação dada aos textos, imprimem juízos de valor e são utilizados com propósitos de atrair e chamar atenção para as publicações, como os exemplos notados durante a quantificação: “*Planeta em perigo*”, “*Meio Ambiente: a ultima chance de preservação*”, “*Polêmica*”.



2.2 Gênero predominante e Tema

Foram quantificadas 481 notícias, ou seja, 62,1% do total eram de relatos jornalísticos factuais. Também factuais, as notas foram contabilizadas 138 vezes – 17,8%. 119 publicações (15,3%) eram reportagens, que traziam temáticas bem desenvolvidas, com continuidade, fotos, infográficos, grande extensão e destaque. A entrevista, no estilo pergunta e resposta, foi verificada em 30 publicações (3,8%) enquanto a foto-legenda, caracterizada pela curta explicação agregada a uma foto representativa, apareceu em apenas seis registros (0,77%).

Em relação aos temas, foram 11 principais, considerando-se para esta divisão, o sentido científico e midiático dos conceitos, buscando determinada caracterização para possibilitar uma classificação que ilustrasse a abordagem do jornal em cada temática.

Para o tema Biodiversidade, foram consideradas as coberturas de pesquisas referentes à fauna e flora, questões de desmatamento e preservação de diferentes biomas, enquadrando aqui assuntos relativos à Amazônia e projetos de lei relacionados a florestas, levando em consideração a conceitualização de biodiversidade do Vocabulário Básico de Recursos Naturais e Meio Ambiente do IBGE (2004), que define como a variedade de espécies e de ecossistemas de uma região, englobando também aspectos culturais e humanos. Neste sentido, o tema Biodiversidade foi quantificado em duas vertentes - desmatamento e preservação, buscando avaliar qual dos enfoques teve mais ênfase no jornal. No total, foram 167 publicações abordando a biodiversidade do Brasil (21,5%), sendo que 27 delas tratavam do aspecto da preservação e 40 anunciavam questões relativas ao desmatamento /queimadas/ degradação/ cortes de árvores. Ainda vale ressaltar que dentro desta temática 40 matérias abordaram especificamente a biodiversidade da Amazônia, 10% do total. O número, apesar de significativo, não é suficiente para afirmar que a floresta amazônica é o assunto de maior interesse do jornal quando se refere à biodiversidade. O jornal analisado mostrou pluralidade de pautas, apesar de priorizar aspectos do desmatamento e colocar a Amazônia como protagonista, sem, contudo, ser o único destaque nas publicações. O restante das publicações anunciava pesquisas, trazia a tona aspectos da fauna e flora e projetos de lei relacionados. A problemática da desertificação foi verificada em 5 ocasiões (0,64%). O tema biodiversidade também englobou nas publicações aspectos do



aquecimento global/ mudanças climáticas, política ambiental e biocombustível, haja vista a relação intrínseca entre os assuntos.

A temática Biocombustível foi classificada enquanto a produção de combustível oriundo de fonte biológica, e não fóssil, como mamona, soja, babaçu, milho, e em especial, a cana-de-açúcar, destaque principal do jornal. O tema foi pauta de 135 publicações (17,4%) que abordavam principalmente a produção de etanol – álcool combustível produzido a partir da cana-de-açúcar. O assunto teve impulso com a visita do então presidente norte-americano no Brasil, George W. Bush, orientando a pauta central para os acordos da produção do etanol. Biocombustível é outro assunto que também permeia a questão da preservação da biodiversidade e aquecimento global. É o caso de publicações que envolvem o desmatamento das florestas para o plantio da cana e as conseqüências deste plantio para o aquecimento global.

Para o enfoque Geração de Energia foram considerados assuntos relativos à construção e implementação de usinas hidrelétricas, térmicas e nucleares, processos que causam impacto no meio ambiente, além de fontes de energia alternativas como eólica e solar, que visam minimizar este impacto. Foram avaliados textos que tratavam das causas e conseqüências da produção de energia em cada uma destas fontes, investimentos e políticas do setor, além de conflitos e impactos referentes à implementação das obras. O tema mereceu grande destaque do jornal com 105 publicações (13,5%).

O tema lixo considerou aspectos referentes à produção e eliminação de resíduos produzidos pela atividade humana e ou industrial, e foi abordado em apenas 8 edições (1%), sendo duas delas sobre o aspecto do consumo, também duas sobre a poluição e quatro 4 referentes à reciclagem do lixo.

Aquecimento Global/ Mudanças Climáticas foi compreendido de acordo com o Vocabulário do IBGE (2004) como a elevação da temperatura anual causada pelo aumento das concentrações de gases estufa na atmosfera, evento provocado, principalmente, pelas atividades urbanas e industriais. Neste item o jornal pautou assuntos referentes às causas e conseqüências do aumento da temperatura e das variações climáticas, inserindo política nacional e internacional contra o aquecimento global, e principalmente, pesquisas e relatórios publicados pelo IPCC (Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas da ONU). O tema foi o mais freqüente nas publicações referentes à questão ambiental, contabilizando 181 publicações (23,3%),



que relacionavam a temática a aspectos como preservação e manutenção da biodiversidade, produção de biocombustíveis e geração de energia alternativa para minimizar os efeitos do aquecimento global, além de abordar a poluição nas grandes cidades como principal causa da emissão de poluentes na atmosfera.

Os transgênicos também foram pautados pelo jornal devido à visibilidade que adquiriram em 2007, por conta da primeira liberação para comercialização de uma espécie de milho transgênico pela CTNBio (Comissão Técnica Nacional de Biossegurança). De acordo com o Vocabulário do IBGE (2004, p.300) transgênicos são entendidos como “Planta ou um animal que teve incorporado, de maneira estável, um ou mais genes oriundos de outra célula ou organismo, os quais podem ser transmitidos para as gerações futuras”. O assunto foi pautas 25 vezes (3,2%).

A liberação para o início das obras de transposição do rio São Francisco, anunciada pelo governo federal no ano corrente da pesquisa, foi tema para 21 publicações (2,7%). Denominado pelo governo como “Projeto de Integração do rio São Francisco com bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional”, visa a construção de 700 quilômetros de canais para irrigar a região nordeste e semi-árida, mas é duramente criticado pela ameaça que oferece aos ecossistemas locais e pela incerteza com relação ao destino da água canalizada.

A pauta que envolve questões de Responsabilidade Ambiental, especialmente em grandes empresas, foi abarcada pela temática semanal *Projetos Sociais*, e verificada em 25 notícias (3,2%), englobando aspectos referentes à gestão ambiental, investimentos ecologicamente corretos feitos pelas empresas como utilização de lâmpadas eficientes, coleta seletiva, adoção de áreas verdes e diminuição da emissão de gases poluentes responsáveis pelo aquecimento global.

A problemática da Ocupação Irregular, ou seja, habitações em locais de alto risco humano e ambiental, especialmente em grandes cidades, causando impactos, principalmente aos corpos d’água, foi registrada em oito matérias (1%)

A temática especificamente da Política Ambiental governamental, que enfocava assuntos relacionados diretamente à administração federal, envolvendo troca de mandados, legislação, projetos de lei, atuação de ministros e mudanças administrativas foram verificadas em 82 publicações, totalizando 10,5% do total do material analisado.

O assunto Recursos Hídricos, desconsiderando aqui as matérias sobre a transposição do rio São Francisco que mereceram denominação específica, foi tratado



em apenas 20 edições (2,5%). Nesse item, foram considerados aspectos relativos à quantidade e qualidade das águas superficiais e subterrâneas, utilização e consumo.

Aspectos de qualidade de vida tiveram apenas dois registros ao longo dos 10 meses de análise, o que corresponde a 0,25%. Nesse caso, foram levados em consideração assuntos que enfocavam as condições de vida, a partir de fatores como saúde, educação, expectativa de vida e, principalmente, aspectos ambientais como níveis de poluição, arborização e qualidade da água.

Portanto, pode-se avaliar, preliminarmente, que assuntos que antes eram triviais e constantes como a problemática da água estiveram em segundo plano nesta cobertura, e outro tema que era de se esperar abrangência como qualidade de vida, haja vista a editoria específica do jornal *Vida &* que cobre a maioria dos assuntos sobre meio ambiente, não teve relevância.

2.3 Destaques: fotos, infográficos e chamadas de capa

As chamadas são, de acordo com Rabaça e Barbosa (2001), pequenos títulos ou resumo de um texto, publicado, geralmente, na primeira página do jornal – o que foi considerado pelo presente trabalho - com o objetivo de remeter o leitor ao texto completo.

No total, foram verificadas 19 publicações sobre a temática ambiental, que mereceram a manchete principal na capa do jornal do jornal (2,4%). Mas as chamadas de capa contabilizaram um número significativo: 155 matérias apareceram na capa do jornal, o que representa um percentual de 20% das publicações. Considerando ainda as 19 matérias que foram manchetes, este número é elevado para 22,48%.

Ainda no quesito do destaque da cobertura, ao codificar textos com fotos, ilustrações ou infográficos foi possível avaliar que mais da metade das publicações, o equivalente a 56,8% ou 440 matérias ou reportagens, trouxeram elementos externos aos textos, dando mais detalhamento e destaque aos assuntos. As fotos e ilustrações são recursos de imagem que servem para situar o leitor e também fornecer informações.

2.4 Fontes de Informação

As fontes de informação são o principal instrumento para composição de uma notícia na prática jornalística. Trata-se da procedência da informação. Rabaça e Barbosa (2001) definem as fontes como qualquer pessoa usada por um repórter na sua busca de



informação, podem ser denominadas como formal ou não formal e porta-voz. Também é atribuído o papel de fonte de informação para documentos, pesquisas e publicações oficiais ou não.

Com relação às fontes de informação utilizadas na cobertura ambiental do jornal *O Estado de S. Paulo*, foi possível perceber que em pelo menos 300 matérias, um total de 38,7%, constava o posicionamento oficial, ou seja, de fontes oriundas do governo tais como ministérios, secretarias municipais e estaduais, prefeituras, governos, presidência, autarquias e institutos ligados ao governo como o Ibama e Instituto Florestal.

Em seguida, estão os pesquisadores sendo de universidades, ONGs e institutos de pesquisa, juntamente com os denominados cientistas e especialistas de determinadas áreas e professores universitários, que figuraram como fonte de informação em 144 publicações (18,6%), ressaltando o aspecto científico que a questão vem adquirindo, sem entrar no mérito aqui da abordagem da temática.

As ONGs ambientais e os ambientalistas foram fontes de informação em um total de 132 matérias, 17%, que citavam uma ou mais ONGs e seus respectivos representantes, pesquisadores e estudos. Mas aqui vale ressaltar que quando citavam ambientalistas, em sua maioria era de forma generalizada, em mais de 70% dos casos a menção ambientalista era feita sem especificar ou denominar a pessoa ou grupo. Neste sentido, vale colocar Charradeau (2006), que acredita que a mídia só se interessa pelo anonimato se puder integrar a palavra do anônimo em uma situação dramatizante ou de testemunho. Mas a falta de denominação também pode indicar anonimato, quando realmente se ignora a identidade ou ainda para generalizar a informação. No entanto, no contexto desta codificação, foi possível notar que as ONGs (Organizações Não Governamentais) passaram a ser vistas como fontes de informação confiáveis, altamente especializadas e técnicas, mas por vezes foram utilizadas como contraponto, para aparentar um discurso de oposição e evidenciar o caráter democrático do jornal.

Também foram verificadas 105 matérias, o equivalente a 13,5% do total, que citavam a fonte sem denominá-la especificamente, enquanto 41 matérias (5,2%) não tinham nenhum tipo de fonte de informação. Ainda vale ressaltar que em pelo menos 26 matérias (3%) o jornal utilizou do recurso da fonte/ personagem para ilustrar a matéria. Nesse caso, o jornalista se vale de uma pessoa comum, que tem ou não relação



direta com a pauta, para ilustrar a narrativa de forma diferenciada, geralmente, logo no início do texto, personificando o assunto em questão.

A ONU (Organização das Nações Unidas) também foi fonte freqüente das publicações, merecendo quantificação. Exatamente 85 matérias (11%) citavam o órgão, em especial, o IPCC. Foi notada também uma quantidade significativa de fontes estrangeiras, ministérios, institutos de pesquisas, governos e especialistas não brasileiros citados em 96 publicações (12,4%). Este tipo de fonte foi constantemente utilizado em textos referentes a pesquisas científicas e no contexto da produção de biocombustíveis, em especial devido ao acordo Brasil e EUA.

As associações de classe, sindicatos, conselhos, cooperativa de trabalhadores e confederações foram fontes em 94 matérias (12%), enquanto empresários, consultores, gerentes de empresa, investidores e usineiros figuraram em 80 publicações, pouco mais de 10%, um número abaixo das expectativas, considerando que a segunda editoria que mais abrigou a temática ambiental foi Economia, justamente onde fontes vinculadas às empresas são mais comuns.

Em suma, as fontes que compõem a cobertura ambiental são predominantemente oficiais e especializadas, o jornal definitivamente não ouve as comunidades e a população que sofre diretamente com os problemas ambientais.

3. Considerações finais

A primeira constatação importante foi referente a quantidade de matérias e o espaço que a temática ocupou no período da dissertação. Foram, no total, 774 publicações, o que representa uma média de 3 matérias por dia, sem contar os cadernos especiais e suplementos semanais que não fizeram parte da amostra. Os textos foram enquadrados em todas as editorias do jornal, com exceção de *Esportes*, sendo *Vida & Economia* os principais espaços da temática, o que evidencia a interdisciplinaridade do tema, mas não representa a pluralidade de abordagens. O destaque dados as matérias ambientais também foi significativo – 20% delas contaram com chamada de capa, e mais de 56% trouxeram elementos externos ao texto como fotos, ilustrações e infográficos. A quantidade de informações e o destaque em diferentes seções são fatores positivos para uma temática antes marginalizada, que hoje ganha centralidade. É certo que a questão ambiental é impulsionada em datas especiais, publicações de relatórios,



divulgação de números e dados de desmatamento e ainda não consegue transitar de modo adequado pelas diversas pautas do cotidiano.

Ficou evidente, a partir da análise quantitativa que *O Estado de S.Paulo* incorporou o discurso da preocupação ambiental e desenvolvimento sustentável. A temática mais presente, Mudanças Climáticas/ Aquecimento Global, foi também a mais conflitante na questão do tratamento sensacionalista e catastrófico, com fotos chocantes e infográficos apresentando os piores cenários. Em seguida, esteve a questão dos biocombustíveis onde se pode notar um viés estritamente economicista e de defesa contundente do jornal este tipo de produção.

As fontes oficiais foram maioria nos textos, evidenciando seu efeito de decisão e conhecimento. Não há a presença significativa de grupos minoritários e de pessoas que vivenciam diretamente as problemáticas ambientais como comunidades, ribeirinhos e indígenas. Além disso, muitas fontes foram colocadas sem denominação específica, como foi o caso de “ambientalistas” e “especialistas”, desconsiderando a diversidade de grupos existentes em cada setor.

Vale ressaltar que o estudo sistemático e quantitativo das publicações do jornal no período analisado, além que contribuir com o panorama geral da referida cobertura, identificando as principais características da cobertura, contribuiu sobremaneira para uma pesquisa mais ampla, uma dissertação de mestrado que avaliou os paradigmas da imprensa na cobertura das políticas ambientais.

4. Referências

- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Tradução de Luis Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BRASIL. Ministério do Planejamento, orçamento e gestão. **Vocabulário Básico de Recursos Naturais e Meio Ambiente**. 2ed. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, 2004.
- CHAPARRO, M.C. **Sotaques d’além de d’além mar. Travessias para uma nova teoria de gêneros jornalísticos**. São Paulo: Summus, 2008.
- CHARAUDEAU, P. **O Discurso das Mídias**. São Paulo: Contexto, 2006.
- FONSECA JÚNIOR, W.C. **Análise Conteúdo**. IN: DUARTE, J. BARROS, A. (org). **Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação**, 2.ed, São Paulo: Atlas, 2008.
- MELO, J.M. **A opinião no jornalismo brasileiro**. 2. ed. Petrópolis, RJ, Vozes, 1994



SHWARCZ, L.M. **Retrato em Branco e Negro - Jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

SOUSA, J.P. **Introdução a análise do discurso jornalístico**. Florianópolis, SC: Letras Contemporâneas, 2004.

RABAÇA, C.A. BARBOSA, G.G. **Dicionário de Comunicação**. 2.ed. Rio de Janeiro: Campus, 2001.